



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90003/2026, DE 26 DE JANEIRO DE 2026

### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026

#### PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro/de sua Pregoeira, designado ou designada pela [Portaria nº 829, de 24 de outubro de 2022](#), torna público que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando o eventual fornecimento e instalação de persianas e películas nos imóveis locados, cedidos ou próprios que sediam os cartórios eleitorais no interior do estado, junto a microempresas ou empresas de pequeno porte.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo n.º 0013378-61.2025.6.05.8000, será regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 11.462/2023 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, demais legislação aplicável e, ainda, pelas condições constantes neste Edital.

#### **SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**Dia:** 09.02.2026

**Hora:** 09h (horário de Brasília/DF)

**Pregoeiro:** Lúcio Roberto de Oliveira

**E-mail:** [lroliveira@tre-ba.jus.br](mailto:lroliveira@tre-ba.jus.br) **Telefone:** (71) 3373-7084

**Processo SEI n.º:** 0013378-61.2025.6.05.8000

**Endereço Eletrônico:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal)

**Código UASG:** 70013

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço por item.

**MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado.

**EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA ME/EPP.**

**OBSERVAÇÃO:** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro/pela Pregoeira.

**NOTA IMPORTANTE.** As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVIII**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

#### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 106.298,50** (cento e seis mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constante(s) do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0029** - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia". Natureza da Despesa: 3.4.4.90.52.51 - Peças não Incorporáveis a Imóveis.

#### Anexos

##### I - Termo de Referência

##### A - Especificações

##### B - Localidades Onde Eventualmente Serão Demandados Serviços de Instalação de Persianas e/ou Películas

### SEÇÃO I - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**1.1.** A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** visando o eventual fornecimento e instalação de persianas e películas nos imóveis locados, cedidos ou próprios que sediam os cartórios eleitorais no interior do estado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital - Termo de Referência.

**1.2.** Havendo divergência entre as descrições do CATSER/CATMAT e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

### SEÇÃO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**2.1.** A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

**2.2.** Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

**2.3.** Para participar do pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar o pleno conhecimento e o atendimento às exigências do presente Edital, na forma prevista na **condição 4.3 deste Instrumento Convocatório**.

**2.4.** Não poderão participar desta licitação:

**a)** empresário e sociedade empresária ou simples, na seguinte situação:

- a.1)** suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- a.2)** declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- a.3)** impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- a.4)** proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- a.5)** proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

**b)** direta ou indiretamente, agente público do órgão licitante ou, na fase de execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

**b.1)** as vedações de que tratam a alínea "b" acima estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**c)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**d)** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**e)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**f)** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**g)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**h)** os demais interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**i)** consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

**j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips;

**k)** empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

**2.4.1.** O impedimento de licitar em decorrência de sanção que foi imposta à pessoa jurídica será também aplicado à licitante que atue em substituição à empresa apenada, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada,

inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

nome da licitante, com um único número de CNPJ;

**b)** estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

### **SEÇÃO III - DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), observado o seguinte:

- a)** o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b)** a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c)** o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3.** A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

### **SEÇÃO IV - DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS**

**4.1.** A **licitante** deverá cadastrar sua proposta eletrônica exclusivamente por meio do preenchimento dos campos próprios do sistema, incluindo o preço, marca/fabricante e o modelo/versão do produto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.1.1.** A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

**4.1.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.1.3. Não será permitida proposta com quantidade inferior à prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).**

**4.1.4.** A ausência da indicação de marca/fabricante e do modelo/versão do produto é uma falha sanável, **devendo o Pregoeiro/ a Pregoeira, na fase de julgamento, instar a licitante** para que preste tais informações, as quais ficarão fazendo parte integrante da sua proposta. Por sua vez, fica expressamente vedado, durante o certame, modificar a marca, o fabricante, o modelo/versão do produto, por representar alteração da substância da proposta, podendo apenas haver complementação de eventuais omissões, vinculando-se a licitante à sua declaração.

**4.2.** A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor unitário de cada item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**4.3** No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, **assinalando campo próprio do sistema**, que:

- a)** está ciente do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- b)** não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99);
- c)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d)** cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas, quando cabíveis, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- e)** cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, quando cabível.

**4.3.1. Para usufruir do tratamento favorecido** estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo

próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da referida Lei Complementar, bem como de que não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.3.1.1.** Em relação à declaração prevista na condição acima, segundo funcionalidade do Sistema de Compras do Governo Federal, temos que:

- a) se houver item(ns) exclusivo(s) para participação de **ME/EPP**, a assinalação do campo “não” impedirá a participação no certame, para aquele item;
- b) se houver item(ns) em que a participação não seja exclusiva para **ME/EPP**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.3.1.2.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme § 4º do art. 3º da referida lei, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**4.3.2.** A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos do Edital, à convocatório, à conformidade da proposta, bem como ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Edital.

**4.4.** Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

**4.4.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema**, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo e o intervalo de que trata alínea acima;
- c) o valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

**4.4.1.1.** *O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.*

**4.5.** As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**4.6.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

**4.7.** A celebração da Ata de Registro de Preços depois de vencido o prazo estabelecido na **condição 4.5** importa em prorrogação da validade da proposta.

## **SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta **automaticamente** pelo sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

**5.2.** A comunicação entre o **Pregoeiro/a Pregoeira** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

**5.3.** A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **SEÇÃO VI - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** Somente na fase de envio de lances haverá ordem de classificação das propostas.

**6.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata a **Seção X** deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada. Somente como **medida excepcional** poderá a proposta ser excluída na fase de disputa, conforme previsão constante das **condições 7.4 e 7.4.1** deste Edital.

**6.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

## **SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**7.2.** Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a)** as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b)** a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, **observada a diferença mínima de R\$ 0,02 (dois centavos) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c)** Observada a **alínea “b” acima**, a licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos da **condição 10.4 deste Edital**.

**7.3.** Durante a sessão pública do pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

**7.4** Nesta fase de disputa, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**7.4.1. A eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata a condição acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.**

**7.5.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.6.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

## **SUBSEÇÃO I - MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO**

**7.7.** Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

**7.8.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**7.9.** Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo, podendo optar em manter seu último lance da etapa aberta.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na



ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, podendo optar por manter seu último lance da etapa aberta.

**7.10** Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas acima**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

**7.11.** Não havendo licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro/a Pregoeira reiniciará a etapa fechada para as licitantes que ainda não foram convocadas, seguindo o disposto na **alínea “b” da condição 7.9 deste Edital**.

**7.11.1.** Na hipótese da **condição 7.11 acima**, o pregoeiro/ a pregoeira deverá avisar as licitantes, via *chat* e no campo aviso do sistema, **com antecedência mínima de 24 horas**, o reinício da etapa fechada.

## SEÇÃO VIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**8.1.** Havendo empate, será utilizado o critério de desempate previsto no inciso I do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**disputa final**), no qual as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado, em até 5 (cinco) minutos.

**8.2.** Após a disputa final descrita acima, persistindo o empate, serão utilizados, **na ordem em que se encontram enumerados** os critérios previstos nos demais incisos e no § 1º do art. 60, da Lei 14.133/2021, adotando-se, até que haja regulamentação específica e/ou Ato da Secretaria de Gestão do MGI, os procedimentos parametrizados de desempate, realizados de forma automática no sistema Compras.gov.br, que atualmente são os abaixo apontados, na seguinte ordem:

- a) desenvolvimento de ações de equidade de entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital**;
- b) desenvolvimento de programa de integridade, desde que a licitante tenha selecionado o campo de declaração respectiva no momento de cadastro de sua proposta. e que atenda aos requisitos do Decreto nº 12.304/2024, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital**;
- c) preferência prevista no inciso I do § 1º do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**não se aplica a este órgão, uma vez que integra a esfera federal, conforme adaptação do sistema ocorrida em 10 de julho de 2025, noticiada no Comunicado nº 28/25 da SEGES/MGI**);
- d) sorteio pelo sistema eletrônico da proposta vencedora, a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, conforme § 2º do art. 28 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

**8.3.** Os critérios de desempate previstos nas **condições 8.1 e 8.2 acima** também serão aplicados caso as propostas iniciais estejam empatadas e não haja envio de lances na fase competitiva.

## SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

**9.1.** Na fase de julgamento, após definida a classificação das propostas, o Pregoeiro/ a Pregoeira poderá **negociar** condições mais vantajosas e encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.2** Caso a proposta de preço mais bem classificada esteja acima do valor estimado para a contratação, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** deverá negociar com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço, observada a **condição 10.5 deste Edital**.

**9.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

## SEÇÃO X - DA FASE DE JULGAMENTO: ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

**10.1.** Encerrada a etapa competitiva, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** realizará a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e, observadas as **condições 10.4 a 10.4.2**, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (**Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação**).

**10.2.** A **licitante** terá o **prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital**. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira**; ou
- b) de ofício, a critério do **Pregoeiro/da Pregoeira**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata a **condição 10.1** do Edital.

**10.2.1.** Caso seja necessário o envio de documentos complementares, a licitante deverá fazê-lo no prazo referido

na **condição 10.2.**

**10.2.2. O não envio da proposta e de documentos complementares, na forma das condições 10.2 e 10.2.1 acima, somente ensejará a desclassificação da licitante caso impossibilite a verificação da conformidade da proposta com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários.**

**10.3.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços inexequíveis.

**10.4.** Constitui indício de inexequibilidade da proposta valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

**10.4.1.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligência, conforme § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observadas as **condições 11.2.3 e 11.2.3.1** deste Edital.

**10.4.2.** A inexequibilidade só será considerada se, após diligência do Pregoeiro/da Pregoeira, restar comprovado que o custo da licitante é superior ao valor de sua proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**10.5.** Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, e caso a **licitante**, após negociação, não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

## **SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

**11.1.** Após a fase de julgamento de que trata a **Seção X deste Edital**, o Pregoeiro/a Pregoeira passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo:

**11.1.1.** Será verificado, para efeito de habilitação, se a **licitante** declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, que:

- a)** atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021**);
- b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível (**art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021**);
- c)** a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação (**§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021**);
- d)** não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99), conforme **inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021**.

### **11.1.2. Para habilitação jurídica:**

- a)** comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e)** ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **11.1.3. Para regularidade fiscal:**

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c)** prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/2014;
- d)** prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.

### **11.1.4. Para regularidade trabalhista:**

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### 11.1.5. Para qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.

**11.2.** As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, devendo manter atualizadas as comprovações nela constantes, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou poderão encaminhar a respectiva documentação atualizada por meio do sistema, consoante disciplinado nas **condições 11.2.1 a 11.3 abaixo**.

**11.2.1** Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta **não constantes do SICAF** deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema eletrônico. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas situações elencadas na **condição 10.2** deste Edital.

**11.2.2** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.2.2.1.** A vedação à inclusão de novo documento, prevista na **condição 11.2.2 acima**, não alcança documento que atesta **condição preexistente à abertura da sessão pública do certame**, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro/pela Pregoeira, conforme **Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU**.

**11.2.3** O **Pregoeiro/A Pregoeira** poderá, no julgamento das propostas ou na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, de acordo com o art. 43 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

**11.2.3.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**11.2.4** A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação, a qual deverá ser remetida para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

**11.3.** Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**11.4.** No caso das alíneas da **condição 11.3**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

**11.5.** Caso a **licitante** pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.4**.

**11.6.** Para fins de habilitação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme § 6º do art. 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.7.** As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

**11.8.** Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

**11.9.** O **Pregoeiro/A Pregoeira** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico, mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
- c) Sistema Inabilitado e Inidôneo, mantido pelo Tribunal de Contas da União, [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
- d) **SICAF**, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.



**11.9.1.** As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

**11.9.2.** As consultas previstas nas alíneas “a” a “c” realizadas em nome da pessoa jurídica poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo TCU, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**11.9.3.** Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro/a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**11.9.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**11.9.3.2.** A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), **sendo necessária a análise jurídica prévia**, conforme art. 160 da Lei 14.133/2021.

**11.10.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**11.11.** Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

**11.12.** Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição.

**11.13.** Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, **quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa**.

**11.14.** O prazo acima indicado terá como termo inicial a data da divulgação do resultado da fase de habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

**11.14.1.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal de que trata a **condição 11.13 acima**, conforme § 4º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

**11.15.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.13**, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, § 5º, do Decreto nº 8.538/2015.

## **SUBSEÇÃO I - DA CONSULTA AO CADIN**

**11.16.** Conhecida a licitante vencedora e antes do encerramento da sessão pública do certame, o pregoeiro/a pregoeira realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, haja vista que, consoante disposto no art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro no referido cadastro constitui fator impeditivo para que a Administração Pública Federal celebre contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

**11.17.** Constatada a existência de registro, o pregoeiro/a pregoeira alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de, em caso de não regularização, o ajuste não ser celebrado.

## **SEÇÃO XII - DOS RECURSOS**

**12.1.** Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá apresentar *intenção de recurso*, de forma imediata e no prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

**12.2.** As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**12.2.1.** O prazo para apresentação de contrarrazões será, igualmente, de **3 (três) dias úteis** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**12.2.2.** A apreciação do recurso pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** dar-se-á em fase única.

**12.3.** Será assegurado às **licitantes** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §5º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

**12.4.** O **Pregoeiro/A Pregoeira** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

**12.5.** Mantida a decisão pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** o recurso será apreciado pela autoridade competente.

**12.6.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **SEÇÃO XIII - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para fins do disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.1.1.** Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, determinando a consequente contratação.

#### **SEÇÃO XIV - DO CADASTRO DE RESERVA**

**14.1.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, após a homologação da licitação no [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal), serão realizados os procedimentos de formação de cadastro de reserva com vista à inclusão, em ata de registro de preços, na forma de anexo, dos seguintes registros:

**a)** das **licitantes** que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da adjudicatária, observada a sequência de classificação da licitação; e

**b)** das **licitantes** que mantiverem sua proposta original.

**14.2.** Para fins da ordem de classificação, as **licitantes** ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**14.3.** A habilitação das **licitantes** a que se refere a **condição 14.1**, que comporão o cadastro de reserva, será efetuada na hipótese de a **licitante** melhor classificada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no edital e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, conforme arts. 28 e 29 do Decreto 11.462/2023 (**condições 15.14 e 15.16 deste Edital**).

**14.4.** Será anexada aos autos a Ata de Formação de Cadastro de Reserva gerada pelo Sistema, cujos dados integrarão o Anexo II da Ata de Registro de Preços respectiva.

#### **SEÇÃO XV - DO REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços (ARP) dele decorrente.

**15.2.** Homologado o resultado do Pregão, a **licitante** vencedora será convocada para assinar a ARP, nos termos da minuta constante do Anexo III, deste Edital, no prazo de até **05 dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, o qual poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE-BA.

**15.2.1.** A ARP deverá ser assinada, preferencialmente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-BA, com uso de login e senha, mediante **prévio credenciamento** do representante legal da empresa ou procurador devidamente autorizado, por meio do link <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>, no qual consta o Guia de Usuário Externo, respeitado o prazo previsto na **condição 15.2 acima**.

**15.2.1.** Concluído o credenciamento pelo fornecedor diretamente no Portal do SEI do TRE-BA, este receberá mensagem de confirmação automática do sistema, com os procedimentos adicionais para finalização do cadastro e envio da seguinte documentação à Seção de Protocolo e Expedição - SEPEX, por intermédio do e-mail [protocolo@tre-ba.jus.br](mailto:protocolo@tre-ba.jus.br), com cópia para a Seção de Contratos, [secont@tre-ba.jus.br](mailto:secont@tre-ba.jus.br), cabendo ao remetente confirmar o recebimento junto aos destinatários, e indicar, no campo "assunto da mensagem", que se trata de "cadastro de usuário externo para assinatura de contratos e instrumentos congêneres":

a) termo de Declaração de Concorrência e Veracidade, disponível no Portal SEI do TRE-BA. No item 1.3. do termo (motivo do cadastramento), assinalar a opção "Assinatura de termos, acordos e contratos com o TRE-BA - Nº do processo SEI (se houver) e indicar o número do SEI n.º 0013378-61.2025.6.05.8000 .

b) documento de identificação oficial com foto;

c) comprovante de inscrição em Cadastro de Pessoa Física CPF;

d) comprovante de residência, emitido, no máximo, há 6 (seis) meses da data do cadastro.

**15.2.1.1.** Finalizado o cadastro, a requerente receberá um e-mail com aviso de liberação do seu acesso como usuário externo ao SEI do TRE-BA, e receberá o link para assinatura da ARP no referido sistema no prazo estabelecido na **condição 16.4**.

**15.2.1.2.** A Adjudicatária deverá, tão logo homologado o procedimento no sistema, adotar as providências previstas na **condição 15.2.1**.

**15.2.2.** Alternativamente, será permitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou por outro meio idôneo legalmente admitido, podendo o documento ser enviado por correio eletrônico ou mediante aviso de recebimento para o destinatário ou para a destinatária, que o assinará e o devolverá, pelo mesmo modo, ao TRE-BA, observado o prazo estabelecido na **condição 15.2..**

**15.3.** Desde que disponibilizada a funcionalidade prevista na **condição 14.1 deste Edital**, será incluído, na respectiva ARP, o registro das **licitantes** que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **licitante vencedora** na sequência da classificação do certame, bem como das **licitantes** que mantiverem sua proposta original,

na forma da **condição 14.1 deste Edital**, respeitando-se, nas contratações, a ordem de classificação das **licitantes** registradas na Ata.

**15.4.** O registro de que trata a condição anterior, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada, nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto 11.462/2023, bem como, no caso da **licitante** vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

**15.5.** A ARP implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no art. 21 do Decreto nº 11.462/2023.

**15.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**15.7.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

**15.8.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP, conforme art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.

**15.8.1.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

**15.9.** Durante a vigência da ARP, os preços poderão ser reajustados ou repactuados, após 1 (um) ano a contar de 13/10/2025, data da elaboração do orçamento estimado. Caberá ainda a revisão dos preços nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 ou no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a ARP e iniciar outro processo licitatório.

**15.10.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**15.10.1.** Na hipótese de o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, ele será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades. Nesse caso, o gerenciador **convocará os fornecedores do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, conforme art. 26 do Decreto 11.462/2023.

**15.10.2.** Caso não logre êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para obter contratação mais vantajosa.

**15.11.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**15.12.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado a ele requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante a comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso. Para tal fim, deverá ser encaminhada, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação as condições inicialmente pactuadas.

**15.12.1.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos na **condição 15.15 deste Edital**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**15.13.** Havendo o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto na **condição 15.12.1 acima**, o gerenciador **convocará os fornecedores do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados. Caso não logre êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para obter contratação mais vantajosa.

**15.14.** Haverá o **cancelamento do registro do fornecedor**, conforme art. 28 do Decreto 11.462/2023, quando:

- a) descumprir as condições da ARP sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não conseguir comprovar, no pedido de majoração do preço registrado, que houve fato superveniente que inviabilizou a manutenção de seu preço, conforme hipótese prevista na **condição 15.12.1 deste Edital**; ou
- d) sofrer sanção que o impeça de licitar e/ou contratar com a Administração prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/2021. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**15.15.** O cancelamento de registro do fornecedor nas hipóteses previstas na **condição anterior** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15.16.** O **cancelamento dos preços registrados** poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, conforme art. 29 do Decreto 11.462/2023, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou de força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto na **condição 15.10 deste edital** (nenhuma licitante aceitar reduzir seus preços aos valores de mercado) e **na condição 15.13 deste edital** (nenhuma licitante aceitar manter seus preços registrados).

**15.17.** É condição para a celebração da ata de registro de preços a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

**15.18.** Caso a licitante melhor classificada não assine a ARP no prazo e condições estabelecidos neste Edital ou haja o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos. 28 e 29 do Decreto 11.462/2023 (**condições 15.14 e 15.16** deste Edital), sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, será convocada a **licitante** constante do cadastro de reserva, na ordem de classificação do certame, para assinar a ARP, conforme procedimentos descritos neste Edital.

**15.19** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, não poderão fazer uso da Ata de Registro de Preços, **inadmitindo-se adesão.**

#### SEÇÃO XIV - DO CONTRATO

**16.1.** Para operacionalização da Ata de Registro de Preços, será firmado o ajuste com a **licitante vencedora**, substituindo-se o termo de contrato por **Nota de Empenho**.

**16.2.** A Adjudicatária deverá **retirar a nota de empenho** dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, o qual poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

**16.2.1** A convocação para retirada da Nota de Empenho será precedida de consulta ao **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin** e da verificação da manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

**16.2.1.1.** A existência de registro no Cadin constitui **fator impeditivo para a celebração do ajuste**, conforme art. 6º- A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024), devendo a Adjudicatária regularizar sua situação dentro do **prazo da condição 16.2 acima**, sob pena de decair o direito à contratação.

**16.2.2.** O recibo da retirada da **Nota de Empenho** deverá ser assinado, preferencialmente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-BA; ou, alternativamente, será permitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou por outro meio idôneo legalmente admitido, podendo o documento ser enviado por correio eletrônico ou mediante aviso de recebimento para o destinatário ou para a destinatária, que o assinará e o devolverá, pelo mesmo modo, ao TRE-BA, observado o prazo estabelecido na **condição 16.2**.

**16.3.** Caso a licitante vencedora convocada não realize a **assinatura do recibo de retirada da Nota de Empenho** no prazo estabelecido na **condição 16.2**, será facultado à Administração, **através do Pregoeiro/da Pregoeira**, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para aceitar a contratação **nas condições propostas pela licitante vencedora**, observando-se o disposto no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**16.3.1.** Considera-se proposta em iguais condições à da licitante vencedora aquela que adote o mesmo valor total a ela adjudicado, independentemente da composição de custos apresentada pela licitante remanescente.

**16.3.2.** Será concedido à licitante **o prazo de 2 (duas) horas**, contado a partir da data de convocação, para manifestação de interesse, que deverá ocorrer **mediante a apresentação da proposta, podendo o prazo ser prorrogado por igual período na forma das alíneas "a" e "b" da Condição 10.2 deste Edital**, prosseguindo-se no chamamento das demais classificadas, quando houver inobservância a esse lapso temporal ou quando a licitante manifestar **expressamente** no *chat* da sessão o seu desinteresse.

**16.3.3.** Para habilitação da licitante remanescente deverá ser observada a **Seção XI deste Edital**.

**16.3.4.** Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos da **condição 16.3 acima**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, conforme disposto no § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, **mesmo que acima do preço da adjudicatária;**
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.4.** A recusa injustificada da adjudicatária em formalizar o ajuste no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposto no § 5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

**16.4.1.** A regra da condição **16.4 acima** não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da **alínea "a" da condição 16.3.4**.

**16.5.** O ajuste poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas



justificativas, dispensando-se, para tanto, a adoção de específico termo de aditamento, vez que a formalização do contrato ocorreu com a retirada de Nota de Empenho.

**16.6.** Será facultada à Administração, em casos de rescisão contratual, quando já iniciada a execução do ajuste, a convocação dos demais licitantes classificados, para a contratação do remanescente de obra, do serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que diz respeito à verificação da ordem de classificação, apresentação de documentação (proposta e documentos de habilitação), valores e negociação.

## **SEÇÃO XVII - MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL**

**17.1.** As definições de como será executado o objeto contratado e os requisitos da contratação, incluindo **forma, condições, local, prazos, entrega e recebimento, modelos de gestão contratual**, constam no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

### **SUBSEÇÃO I - DA APRESENTAÇÃO DA PROVA**

**17.2.** A Contratada deverá apresentar, sem ônus para o TRE-BA, prova dos materiais, em conformidade com o disposto nos Tópicos **4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital**.

## **SEÇÃO XVIII - DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**18.1.** De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista na **condição 18.2 deste Edital**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando;
  - b.1)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, na situação prevista na **condição 10.2.2 deste Edital**, ou seja, quando a ausência do documento ajustado impossibilitar a verificação da conformidade com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários;
  - b.2)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
  - b.3)** deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f) dar causa à inexecução total do contrato.

**18.2.** De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2.1.** Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com



informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**18.3.** De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**18.4.** Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nas **condições 18.1, 18.2 e 18.3 deste Edital**.

**18.5.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**18.6.** Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

**18.7.** A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

**18.8.** O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**18.9.** Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.7 e 16.8**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União- GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

**18.10.** As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

**18.11.** Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts. 166 e 167 da Lei 14.133/2021.

## **SEÇÃO XIX - DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**19.1.** A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

## **SEÇÃO XX- DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**20.1.** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.

**20.1.1.** O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro/à Pregoeira, via e-mail [lroliveira@tre-ba.jus.br](mailto:lroliveira@tre-ba.jus.br), ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

**20.2.** Eventuais consultas poderão ser realizadas por intermédio do telefone (71) 3373-7084, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

**20.3.** Caberá ao Pregoeiro/à Pregoeira manifestar-se acerca dos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-los, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, observando o seguinte:

- a)** o Pregoeiro/a Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos;
- b)** manifestando-se sobre a impugnação, o Pregoeiro/a Pregoeira deverá encaminhá-la, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão;
- c)** a impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro/pela Pregoeira nos autos do processo de licitação;
- d)** acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**20.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema, dentro do prazo estabelecido na **condição 20.3** acima, e vincularão os participantes e a Administração.

## **SEÇÃO XXI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade insanável no procedimento; ou revogada por motivos de conveniência ou oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado mediante decisão fundamentada, assegurada prévia manifestação dos interessados.

**21.1.1.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**21.1.2.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos elencados no art. 147 da Lei 14.133/2021.

**21.2.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

**21.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**21.4.** Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**21.5.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

**21.6.** O Pregoeiro/A Pregoeira ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.

**21.7.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

**21.8.** O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**21.9.** Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei 13.709/18**.

**21.9.1.** Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 26 de janeiro de 2026

Lúcio Roberto de Oliveira  
Pregoeiro

## **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026**

### **ANEXO I**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

**1.1.** Registro de preços para eventual fornecimento e instalação de persianas e películas insulfilme nos imóveis locados, cedidos ou próprios que sediam os cartórios eleitorais no interior, conforme especificações constantes do Anexo A deste termo.

**1.2.** Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado.

**1.3.** Será adotado como critério de julgamento o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e regime de execução o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação visa atender às solicitações dos cartórios eleitorais para melhoria das condições do ambiente de

trabalho em relação ao conforto luminoso e térmico, evitando a incidência de sol nos ambientes, que além de atingir aos servidores, pode danificar móveis e documentos do local. A escolha das persianas verticais e películas insulfilm atende à proteção necessária aos ambientes de escritório e vem sendo utilizada nos imóveis deste Tribunal ao longo dos anos, mostrando-se adequada ao fim proposto.

**2.2.** A justificativa para esta aquisição está alinhada ao seguinte objetivo estratégico: Prestar serviço de qualidade ao público e melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA.

**2.3.** A relação entre a quantidade de bens a serem contratados, prevista no Anexo A deste Termo de Referência, e a demanda a ser suprida, restou demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**4.1.1.** Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021; na Resolução nº 103/2012 do CSJT e na Resolução nº 201/2015 do CNJ, será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade o que se segue:

**4.1.1.1.** As embalagens dos materiais devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

**4.1.1.2.** As persianas e películas devem ser fabricadas com materiais reciclados ou de origem sustentável, contribuindo para a redução da extração de recursos naturais e para a promoção de práticas responsáveis ao longo do ciclo de vida do produto.

**4.1.1.3.** As películas para vidros devem ser projetadas para aumentar a eficiência térmica dos ambientes, com propriedades que proporcionem redução do consumo de energia elétrica para resfriamento, como o controle de radiação solar e isolamento térmico, promovendo maior conforto térmico sem a necessidade de sistemas de climatização em excesso.

**4.1.1.4.** As persianas e películas devem ser de alta durabilidade, com resistência à degradação causada pela exposição à luz solar, umidade e desgaste físico. A vida útil prolongada do material deve contribuir para a redução de resíduos e a diminuição da necessidade de substituições frequentes, alinhando-se aos princípios da economia circular.

**4.1.1.5.** As películas devem ser produzidas com propriedades que minimizem a transmissão de radiação UV, o que não apenas protege os móveis e equipamentos dos danos causados pela exposição solar, mas também reduz o risco de câncer de pele e outros problemas de saúde relacionados à exposição solar excessiva.

### **4.2. LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA**

**4.2.1.** A Contratada deverá entregar e instalar o material nos cartórios e fóruns eleitorais do interior, em qualquer um dos endereços constantes no Anexo B, de acordo com o Pedido de Fornecimento.

**4.2.2.** O horário de entrega e instalação será no horário de funcionamento do cartório, podendo ser ajustado horário diverso com o respectivo chefe. O contato com o cartório deverá ser feito por e-mail e telefone constantes no Anexo C.

**4.2.3.** O prazo para a entrega do material instalado será de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Contratada, da notificação de aprovação da prova.

**4.2.3.1.** O Pedido de Fornecimento será emitido pela Fiscalização do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

**4.2.3.2.** As medidas que serão apresentadas no Pedido de Fornecimento já contemplarão o avanço das persianas para as paredes laterais e paredes inferiores e superiores, sendo consideradas medidas aproximadas após análise de cada caso específico, para cada uma destas direções. Também estará indicada a localização da fixação dos trilhos, qual seja, na parede (ou viga) ou no teto (forro ou laje).

**4.2.4.** A Contratada deverá apresentar a prova, sem ônus para o TRE, e de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, para efeito de controle de qualidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento do pedido de fornecimento.

**4.2.4.1.** A prova deverá ser entregue na Seção de Manutenção Predial do Interior (SEMAI), localizada no Edifício-

Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e será analisada pelos fiscais do contrato no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis. Findo esse prazo, a fiscalização notificará a Contratada sobre a aprovação ou desaprovação da prova.

**4.2.4.2.** Os materiais serão avaliados levando-se em conta a conformidade com as especificações e características técnicas solicitadas e com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

**4.2.4.3.** Em caso de necessidade de correção da prova, esta deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação de reprovação.

**4.2.4.4.** Caso haja rejeição dessa segunda prova, a Administração poderá, a seu critério, recusar-se ao recebimento do material, promovendo, de logo, a extinção do ajuste.

**4.2.4.5.** A prova, uma vez aprovada, servirá como referência para qualquer pedido de fornecimento realizado durante a vigência do contrato.

**4.2.5.** Correrão por conta da Contratada quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se aí a necessária mão de obra.

**4.2.6.** Durante o período do Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada.

**4.2.7.** A Contratada deverá apresentar à fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do Pedido de Fornecimento, cronograma de instalação das persianas nas respectivas localidades.

**4.2.8.** As áreas a serem especificadas para as persianas, no Pedido de Fornecimento, não considerarão perda de material.

**4.2.9.** Todas as instalações devem ser executadas de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas.

**4.2.10.** Somente será aceito material novo e em perfeitas condições, sem marcas de uso anterior.

**4.2.11.** A Contratada deverá executar os serviços de instalação e desinstalação (quando houver persianas no mesmo local de instalação da nova), além de fornecer todo o material, equipamento e ferramenta necessários à execução dos trabalhos.

#### **4.2.12. DA VISTORIA**

**4.2.12.1.** A(s) empresa(s) interessada(s), caso julgue(m) necessário, poderá(ão) realizar visita para vistoria, até o dia anterior à data da licitação, aos fóruns e cartórios eleitorais aqui apontados, nos municípios correspondentes, onde serão instaladas as persianas e películas, para verificar as peculiaridades da área e conferir medidas das portas e janelas existentes em cada local (as medidas que serão fornecidas no Pedido de Fornecimento são tiradas em projeto e/ou informadas por servidores). Os endereços e telefones estão listados nos Anexos B e C. Para isso, devem entrar em contato com os chefes de cartório de cada localidade, com antecedência mínima de 03 dias úteis, para marcar o horário da visita.

**4.2.12.1.1.** A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a participação no certame, ficando as licitantes, contudo, cientes de que após a apresentação das propostas não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

**4.2.12.2.** Para quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos, referentes às especificações deste Termo de Referência, deverá ser consultada a SEMAI, de segunda a sexta-feira das 8h às 14h, através dos telefones (71) 3373-7370 / 7314 / 7363 / 7380 ou através do e-mail: [semai@tre-ba.jus.br](mailto:semai@tre-ba.jus.br).

**4.2.12.3.** A Contratada poderá realizar vistoria “in loco” antes da confecção e instalação das persianas, dentro do prazo estipulado para a instalação, para conferir as medidas, forma de abertura mais adequada, bem como para verificar todos os demais aspectos técnicos para instalação do material. As vistorias, se for o caso, devem ser previamente agendadas com os chefes de cartório de cada localidade de instalação

#### **4.3 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**4.3.1.** O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) **Recebimento provisório:** o material será recebido provisoriamente no momento da conclusão de sua instalação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

b) **Recebimento definitivo:** no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

**4.3.2.** A Contratada garantirá a qualidade do material fornecido, obrigando-se a substituir, no prazo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade, aquele que no prazo de validade apresentar vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

**4.3.3.** Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

**4.3.4.** Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado, a Fiscalização do Contrato notificará por escrito a Contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado, no prazo que lhe restar daquele indicado para entrega.

**4.3.5.** Se após o recebimento provisório, constatar-se que foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a Fiscalização do Contrato notificará por escrito a Contratada para complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado para entrega.

**4.3.6.** Se a Contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições exigidas no edital, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do material não entregue ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

**4.3.7.** Caso a Contratada não retire, no prazo de 90 dias, a contar do recebimento da notificação, o material recusado, ficará caracterizado o seu abandono, nos termos do disposto no artigo 1.275, Inciso III, do Código Civil, podendo a Contratante incorporá-lo ao seu patrimônio, encaminhá-lo a outros órgãos da Administração Pública ou, ainda, doá-lo nos termos do disposto no Decreto nº 9.373/2018.

**4.3.8.** A Contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e totais em conformidade com a constante da nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

## **5. GARANTIA TÉCNICA**

**5.1.** Independentemente da apresentação de termo expresso, a garantia legal pelos vícios aparentes ou de fácil constatação será de noventa dias do recebimento definitivo do serviço.

**5.2.** Será exigida a garantia contratual, complementar à legal, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, para as películas e 01 (um) ano para os vidros e persianas, a contar do recebimento definitivo.

**5.3.** Na vigência da garantia, a Contratada obrigará-se a reparar, sem ônus para a Contratante, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade.

**5.4.** O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas dependências da Contratante.

**5.5.** O pedido de reparo ou de reexecução do objeto contratado, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação.

**5.6.** Não sendo o vício sanado no prazo do subitem 5.3, a Contratada será notificada para que reexecute o objeto contratado, em no máximo 10 dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

**5.7.** A garantia, em todos os casos, engloba a proteção contra vícios, defeitos ou incorreções advindos da execução do serviço.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

**6.2.** As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3.** A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.** Após a celebração do ajuste, a Contratante poderá convocar o representante/ a representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.5. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

#### **6.5.1. Fiscal(is) do Contrato**

**6.5.1.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou, na ausência deste(s), pelo(s) substituto(s), atentando-se ao estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio.



- 6.5.1.2.** O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.5.1.3.** O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.5.1.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações, determinando prazo para a correção.
- 6.5.1.5.** O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.5.1.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.5.1.7.** O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso.
- 6.5.1.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a execução do empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.5.1.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, iniciando o respectivo processo de apuração de responsabilidade contratual, observando normativo interno próprio, dando conhecimento ao gestor.
- 6.5.1.10.** Cabe ao fiscal do contrato emitir o Termo de Recebimento Provisório do objeto, documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, se houver, e a eventuais penalidades aplicadas.

## **6.5.2. Gestor do Contrato**

- 6.5.2.1.** Cabe ao gestor do contrato, atentando-se ao que foi estabelecido neste Termo de Referência, e sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio:
- 6.5.2.1.1.** Coordenar os fiscais do contrato e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, o qual deverá conter todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço ou pedido de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.5.2.1.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.5.2.1.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, atuando para solucionar problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, anotando-os, se necessário, no relatório de riscos eventuais.
- 6.5.2.1.4.** Emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, salvo se designado outro responsável para tanto.
- 6.5.2.1.5.** Assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno.
- 6.5.2.1.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, devendo contar com o auxílio dos fiscais.
- 6.5.2.1.7.** Encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1.** São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:
- a)** entregar os bens instalados no prazo, nas especificações e na quantidade exigidas, assim como com as características descritas na proposta;
  - b)** atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
  - c)** substituir os produtos danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;

- d)** responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- e)** responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f)** manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g)** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- h)** não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se autorizado neste Termo de Referência;
- i)** conferir garantia dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- j)** entregar o objeto acondicionado em embalagens fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, em atendimento ao disposto no artigo 32 da Lei nº 12.305/2010, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível;
- k)** cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na legislação própria;
- l)** observar as diretrizes do Inmetro aplicadas ao objeto deste Termo de Referência, quando couber.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **8.1. A Contratante obriga-se a:**

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b)** prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c)** efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes neste Termo de Referência;
- d)** zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- e)** determinar a reparação, a correção, a remoção ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **9. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES**

**9.1** A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a)** atrasar injustificadamente a entrega do objeto contratado - **1% sobre o valor do material instalado com atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;**
- b)** atrasar a entrega da prova da persiana ou película para aprovação da fiscalização na Sede do TRE/BA, conforme item 3.4 - **0,5% por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite máximo de 10 dias corridos;**
- c)** atrasar, até no máximo 10 (dez) dias, a substituição do produto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreções decorrentes da fabricação ou do seu uso correto que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor - **1% do valor de aquisição do bem, por dia de atraso;**
- d)** não substituir o bem que apresentou, dentro do prazo de validade, vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destinam ou lhe diminuam o valor - **10% do valor total de aquisição do material não substituído.**
- e)** inexecução parcial - **15% sobre o valor do material não entregue;**
- f)** inexecução total - **25% sobre o valor total contratado;**

**9.2.** Ultrapassado o prazo estabelecido no **subitem 9.1, alínea “a”**, a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

**9.3.** A aplicação da penalidade estabelecida no **subitem 9.1, alínea “d”** não afasta a obrigação da devolução do valor pago pela aquisição do bem.

## **10. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**10.1.** Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112 de 14 de Março de 2023, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

**10.2.** Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão

condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

## **11. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**11.1.** Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste tópico.

**11.2.** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).

**11.2.1.** Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**11.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

**11.4.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**11.5.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**11.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.7.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**11.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a Contratado não regularize sua situação.

**11.9.** Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item **11.1**.

**11.10.** Condiciona-se o pagamento à(ao):

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

**11.11.** A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

**11.12.** Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.13.** No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

**11.14.** Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

**11.15.** Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.

## **12. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

**12.1.** As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico ou por qualquer ferramenta de mensagem instantânea, ou ainda, pessoalmente, desde que, em todos os casos, haja confirmação inequívoca do recebimento.

**12.1.1.** Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União - DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

**12.1.2.** A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

## **13. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**13.1.** Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

**a)** a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

**b)** encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

**13.2.** A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

**13.3.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

**13.4.** Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**13.5.** A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**13.6.** Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

**13.7.** Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

14.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica e/ou não demanda grande capacidade econômica para sua execução/fornecimento, que possa justificar a participação de consórcio. Além disso, o mercado dispõe de várias empresas aptas a, por si só, cumprirem as obrigações do contrato.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1.	25321	<p><b>Persianas verticais em tecido resinado</b></p> <p>·Fornecimento e instalação de persianas verticais em tecido resinado, com dimensões especificadas no Pedido de Fornecimento.</p> <p>·Lâminas de 90 mm na cor Cairo, em conformidade com a tonalidade padronizada adotada pelas demais unidades do Tribunal.</p> <p>·Trilhos superiores em alumínio extrudado, garantindo resistência e durabilidade.</p> <p>·Corrente de comando para giro de 180°, em PVC, com mecanismo seguro e de fácil operação.</p> <p>·Cordão de comando em poliéster, na cor creme ou bege, resistente ao desgaste.</p> <p>·Corrente de base em PVC, compatível com o mecanismo de acionamento.</p> <p>·Cabide e pingente em PVC, padronizados.</p> <p>·Balastro de 90 mm compatível com a instalação da corrente em PVC, com pêndulo em PVC branco.</p> <p>·Produto lavável ou de fácil higienização, garantindo maior vida útil e reduzindo custos de manutenção.</p>	M²	550
		<p><b>Película de controle solar (insulfilm)</b></p> <p>·Fornecimento e instalação de película profissional Insulfilm G5 em portas e janelas com dimensões especificadas no</p>		



2.	5584	<p>Pedido de Fornecimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>·Filme fabricado em poliéster com camada de proteção e adesivo permanente de alta durabilidade.</li> <li>·Privacidade elevada: 5% de visibilidade (fumê escuro), mantendo iluminação natural mínima.</li> <li>·Controle térmico: reduz significativamente a transmissão de calor, contribuindo para eficiência energética e redução do uso de ar-condicionado.</li> <li>·Proteção UV: bloqueio mínimo de 95% da radiação ultravioleta, protegendo móveis, documentos e usuários.</li> <li>·Espessura conforme especificação do fabricante, garantindo resistência, durabilidade e fácil aplicação.</li> <li>·Vida útil mínima de 5 anos, mantendo desempenho constante.</li> <li>·Superfície lisa, sem bolhas ou ondulações após instalação.</li> <li>·Adesivo de alta aderência, compatível com vidros comuns de portas e janelas.</li> <li>·Limpeza simples com pano úmido, evitando produtos químicos abrasivos.</li> <li>·Preferencialmente produzida com materiais recicláveis e sem metais pesados nocivos.</li> <li>·Solução profissional, durável, sustentável e adequada para controle de privacidade, conforto visual e proteção de móveis e documentos.</li> </ul>	M²	550

## ANEXO B

### LOCALIDADES ONDE EVENTUALMENTE SERÃO DEMANDADOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PERSIANAS E/OU PELÍCULAS

Nº DA ZONA	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
21	ESPLANADA	PRAÇA MONSENHOR ZACARIAS LUZ, S/N - CENTRO CEP - 48370-000
22/23	JEQUIÉ	RUA GILDELITO FERRAZ, Nº 3-B - JEQUIEZINHO CEP - 45208-415
24	IPIAÚ	RUA SENHOR DO BONFIM, N.67 - CENTRO CEP - 45570-000
25/26	ILHÉUS	AVENIDA GOVERNADOR ROBERTO SANTOS, S/N - ESPERANÇA-CEP - 45658-630
27/28	ITABUNA	RUA RIO ALMADA, N.100 - GÓES CALMON-CEP - 45605-375
29	IBICARAI	RUA CASTRO ALVES, S/N - CENTRO- CEP - 45745-000
30	NAZARÉ	RUA PADRE ANTUNES, N. 57 - CENTRO -CEP - 44400-000
31	SEABRA	RUA 22 DE ABRIL, N.481 - SANTA LUZIA- CEP - 46900-000

31	VALENÇA	RUA GUIDO ARAUJO MAGALHÃES, S/N - NOVO HORIZONTE-CEP - 45400-000
32	ITUBERÁ	RUA RENATO BRAGA, Nº 97 - CENTRO -CEP - 45435-000
33	SIMÕES FILHO	AVENIDA ALTAMIRANDO ARAÚJO RAMOS, S/N - CENTRO-CEP - 43700-000
34	BELMONTE	AVENIDA RIO MAR, N.159 - CENTRO-CEP - 45800-000
35	MUCURI	RUA OSCAR TEIXEIRA SIQUEIRA, N.270 - MALVINAS-CEP - 45930-000
36	AMARGOSA	PRAÇA DA BANDEIRA, N. 417 - CENTRO-CEP - 45300-000
37	MARACÁS	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, N. 91 - GALERIA TUPI, SALA 08 - CENTRO -CEP - 45360-000
38	UBAÍRA	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N - CENTRO-CEP - 45310-000
39/40/41	VITÓRIA DA CONQUISTA	AVENIDA OLÍVIA FLORES, S/N - CANDEIAS-CEP - 45055-090
42	ITABERABA	RUA DR. OSMAR RIBEIRO DOS SANTOS, S/N - BARRO VERMELHO-CEP - 46880-000
43	CASTRO ALVES	TRAVESSA BENJAMIN CONSTANT , S/N, AP.02 - CENTRO CEP - 44500-000
44	INHAMBUPE	AVENIDA MARIO NEVES DA ROCHA, N. 199 - CENTRO CEP - 48490-000
45	SENHOR DO BONFIM	AV.ANTÔNIO LAURINDO, N.º 220 - CENTRO-CEP - 48970-000
46/167	JACOBINA	AVENIDA JOÃO FRAGA BRANDÃO , S/N - CENTRO-CEP - 44700-000
47/48	JUAZEIRO	RUA DOS BANDEIRANTES , S/N - JOÃO XXIII-CEP - 48900-000
49	RIO REAL	RUA ENGENHEIRO ADEMAR FONTES, S/N - CENTRO- CEP - 48330-000
50	MONTE SANTO	RUA DESEMBARGADOR SÁLVIO MARTINS, S/N (264-A), CENTRO- CEP - 48800-000
51	JEREMOABO	RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, N. 354 - CENTRO-CEP - 48540-000
52	PARIPIRANGA	PRAÇA PEDRO RABELO DE MATOS , S/N - CENTRO-CEP - 48430-000
53	CAMPO FORMOSO	PRAÇA DOIS DE JULHO, S/N - CENTRO-CEP - 44790-000
54	MUNDO NOVO	PÇA JAIRO MOREIRA DE ALMEIDA, N.12A - CENTRO-CEP - 44800-000
55	MORRO DO CHAPÉU	RUA WALNIER BAGANO, N. 37 (-A) - CENTRO-CEP - 44850-000
56/202	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	RUA VEREADOR ALBERTINO LIRA, N.05 - BAIRRO QUITANDINHA- CEP - 44440-476
58	ITUAÇU	AVENIDA JOSÉ CARLOS BRITO, S/N - CENTRO (PONTO DE REFERÊNCIA - CASA ENTRE O FÓRUM DES. LIDERICO SANTOS CRUZ E O HOSPITAL) CEP - 46640-000
59	POÇÕES	PRAÇA EURÍPEDES ROCHA LIMA, N.281 - CENTRO-CEP - 45260-000
60	CONDEÚBA	PRAÇA SANTO ANTÔNIO, S/N, CENTRO- CEP - 46200-000
61	CORIBE	RUA BANDEIRANTES, N. 501 - CENTRO CEP - 47690-000
62	IPIRÁ	Rua Valdomiro Lins, 118, Centro CEP - 44600-000
63	CAETITÉ	RUA DR. VANNI MOREIRA SILVEIRA LIMA, S/N - SANTA RITA CEP - 46400-000
64	GUANAMBI	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N - AEROPORTO VELHO CEP - 46430-000
65	MACAÚBAS	PRAÇA MAESTRO ZÉ PRETO, S/N, ALTO DO ALEXANDRINO CEP - 46500-000
66	CASA NOVA	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/Nº, CENTRO. CEP - 47300-000.
67	REMANSO	RUA RUI RIBEIRO, N. 109 - CENTRO CEP - 47200-000
68	XIQUE-XIQUE	AVENIDA CONTORNO, S/N - CENTRO CEP - 47400-000
69	UTINGA	PRAÇA WILSON PEIXOTO KARAOGLAN, S/N - CENTRO CEP - 46810-000
70/75	BARREIRAS	RUA PADRE ALFREDO HASLER, S/N - MORADA DA LUA CEP - 47806-245
71	BOM JESUS DA LAPA	RUA GERALDO LISBOA, 521 - SÃO JOÃO CEP - 47600-000
72	SANTA MARIA DA VITÓRIA	RUA CAPITÃO JOSÉ ALFAIATE, S/N - CENTRO CEP - 47640-000
73	UBAITABA	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/N - CENTRO CEP - 455450-000
74	IRARÁ	PRAÇA CEL. PEDRO NOGUEIRA, N. 162 - CENTRO CEP - 44255-000
76	JAGUAQUARA	RUA ILMAR GALVÃO, N.134 - CENTRO CEP - 45345-000
77	BARRA	RUA CARDOSO OLIVEIRA, N.39 - CENTRO CEP - 47100-000
78	CAMAMU	RUA DOUTOR ALFREDO MARTINS, Nº 86 - CENTRO CEP - 45445-000
79	NOVA SOURE	PRAÇA PRIMEIRO DE JUNHO, N. 328 - CENTRO CEP - 48460-000
80	TUCANO	AVENIDA FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, N. 397 - CENTRO CEP - 48790-000
81	OLINDINA	PRAÇA 14 DE AGOSTO, S/N - CENTRO CEP - 48470-000
82	CÍCERO DANTAS	RUA JOVELINO PEREIRA DOS SANTOS , S/N - CENTRO CEP - 48410-000
83	UAUÁ	RUA DA INDEPENDÊNCIA, S/N - CENTRO CEP - 48950-000

84/181	PAULO AFONSO	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, N.656 - CENTRO CEP - 48601-210
85	CURAÇA	RUA HERMES DUARTE LIMA, 95 - CENTRO CEP - 49930-000
86	MAIRI	RUA CASTORINA DE OLIVEIRA NUNES, S/N - LAPINHA CEP - 44630-000
87	RUY BARBOSA	RUA CORINTO SILVA, 82 - CENTRO CEP - 46800-000
89	LENÇÓIS	RODOVIA BA 144 - AVENIDA CORONEL FELISBERTO SÁ Nº 113 CEP - 46960-000
90	BRUMADO	AVENIDA JOÃO PAULO I , Nº 939 - BAIRRO CAMPO DE AVIAÇÃO CEP - 46117-000
91	MACARANI	RUA JOSÉ DE SOUZA NOGUEIRA, N. 123 - INARACAM CEP - 45760-000
92	JACARACI	PRAÇA MUNICIPAL, N.68 - CENTRO CEP - 46310-000
93	CACULÉ	AV. ARTUR CASTILHO, Nº 183 - CENTRO CEP - 46300-000
94	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	PRAÇA ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA, N. 153 - CENTRO CEP - 47530-000
95	IRECÊ	RUA FORTALEZA, N. 500 - NOVO HORIZONTE CEP - 44900-000
96	SENTO SÉ	PRAÇA CEL JOÃO NUNES SENTO SÉ, S/N - CENTRO CEP - 47350-000
97	SANTA RITA DE CÁSSIA	PRAÇA RUI BARBOSA, N.303 - CENTRO CEP - 47150-000
98	COTEGIPE	PRAÇA DES. OSVALDO NUNES SENTO SÉ , S/N - CENTRO CEP - 47900-000
99	SANTANA	RUA MONTEIRO LOBATO, S/N - CENTRO CEP - 44200-000
100	SÃO DESIDÉRIO	RUA DAS PALMERIAS, Nº 408 - CENTRO CEP - 47820-000
101	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	RUA JOSÉ MARIA TANAJURA, N. 241 - CENTRO CEP - 46140-000
102	EUCLIDES DA CUNHA	RUA PROFESSOR PEDRO MONTEIRO CAMPOS, N. 68, CENTRO CEP - 48.500-000
103	MIGUEL CALMON	AVENIDA JOSÉ OTÁVIO DE SENNA, N. 214 - CENTRO CEP - 44720-000
104	LAPÃO	RUA JOSÉ CAMPOS PINHEIRO, S/N, BAIRRO BELO HORIZONTE CEP - 44905-000
105	PIATA	LARGO DO ROSÁRIO, S/N - CETRO CEP - 46765-000
106	QUEIMADAS	RUA DR. ELZIO FERREIRA DE SOUZA, S/N - CENTRO - CEP - 48.860-000
107	SANTA TEREZINHA	FÓRUM SALVADOR ANDRADE PRAÇA ÁPIO MEDRADO, S/Nº, CENTRO. CEP - 44590-000.
108	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	RUA AMANCINHO PEDREIRA, N.13 - CENTRO CEP - 44330-000
109	MUTUÍPE	AV.DR. BARTOLOMEU CHAVES, N. 177 - CENTRO CEP - 45480-000
110	RIBEIRA DO POMBAL	AVENIDA EVÊNCIA BRITO, S/N - CENTRO CEP - 48400-000
111	PARAMIRIM	RUA DIVALDO FRANCO, N.137 - TÊRREO - CENTRO CEP - 46190-000
112	PRADO	RUA GETÚLIO VARGAS, Nº 60 - CENTRO CEP - 45980-000
113	RIACHO DE SANTANA	PRAÇA LAURO DE FREITAS, N.237 - CENTRO CEP - 46470-000
114	RIACHÃO DO JACUÍPE	RUA ANTÔNIO QUINTINO DA SILVA, N.º 48 - TANQUE DA NAÇÃO CEP - 44640-000
115	SAÚDE	TRAVESSA DOIS DE JULHO, N. 93 - CENTRO CEP - 44740-000
116	CANAVIEIRAS	PRAÇA SÃO BOAVENTURA, N.40 - CENTRO CEP - 45860-000
117	URANDI	PRAÇA LUIZ GOMES, 100, CENTRO. CEP - 46350-000
118	CACHOEIRA	PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO, S/Nº, CENTRO. CEP: 44300-000.
119	ANDARAI	PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, S/N - ALTO DE IBIRAPITANGA CEP - 46830-000
120	VALENTE	PÇA MANUEL NOVAES, Nº 84 - CENTRO CEP - 48890-000
121/122	PORTO SEGURO	RUA DA JAQUEIRA, 562 - TABAPIRI CEP - 45810-000
123	ARACI	RUA FRANCISCO XAVIER, 23 - CENTRO CEP - 48760-000
124	CORRENTINA	RUA A, LOTEAMENTO ANTÔNIO DE FRANÇA BARBOSA, 528 - CENTRO CEP - 47650-000
125	CARINHANHA	PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 296 - CENTRO CEP - 46445-000
126	BAIANÓPOLIS	PRAÇA JUAREZ DE SOUZA, N. 164. CENTRO CEP - 47830-000
127	CANDEIAS	TRAVESSA ALAGOAS, N.º 26-4, BAIRRO PITANGA. CEP - 43810-340
128	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	RUA ANTONIO COUTO, Nº 22 - PRAÇA SÃO ROQUE - BAIRRO SÃO ROQUE CEP - 43850-000
129	CATU	RUA MINISTRO ERNESTO SIMÕES FILHO, N. 340 - BOA VISTA CEP - 48110-000
130	CORAÇÃO DE MARIA	AVENIDA AMÉLIO TEIXEIRA AMORIM , N. 14 - CENTRO CEP - 44250-000

131	MURITIBA	RUA PROFESSORA AUTA ANDRADE SOUZA, N. 251 - CENTRO CEP - 44340-000
132	CONCEIÇÃO DO COITÉ	RUA PADRE MADUREIRA, N.º 182, BAIRRO MADUREIRA CEP - 48730-000
133	CAMACAN	AV.DR. JOÃO VARGENS, N.548 - CENTRO CEP - 45880-000
134	UBATÃ	RUA HENRIQUE FERREIRA BORGES, Nº 122 - TÉRREO - LOMANTO JÚNIOR CEP - 45550-000
135	COARACI	RUA ANTÔNIO TEIXEIRA, S/N - CENTRO CEP - 45638-000
136	ITAJUÍPE	AVENIDA JORGE JOSÉ HAGE, N.118 - CENTRO CEP - 45630-000
137	ITORORÔ	RUA DUQUE DE CAXIAS, S/N - CENTRO CEP - 45710-000
138	ITARANTIM	PRAÇA LUIZ VIANA FILHO, N. 269 - CENTRO CEP - 45780-000
139	BARRA DO CHOÇA	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, Nº 85 - CENTRO CEP - 45120-000
140	ITAPETINGA	RUA CEL. BELIZÁRIO FERRAZ , N. 137 - CENTRO CEP - 45700-000
141	ITAPARICA	AVENIDA DR. ANTÔNIO CALMON, S/N - CENTRO CEP - 44460-000
142	CRUZ DAS ALMAS	RUA DR. CLODOALDO GOMES DA COSTA, S/N - MIRADOURO CEP - 44380-000
143	SANTO ESTEVÃO	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, S/Nº, CENTRO. CEP - 44190-000.
144	ENTRE RIOS	PRAÇA CÔNEGO FÉLIX, N.69 - CENTRO CEP - 48.180-000
145	SANTALUZ	PRAÇA AURINO LOPES DA SILVA, S/N - CENTRO CEP - 48880-000
146	IGUAÍ	RUA CASTRO ALVES, S/N - CENTRO CEP - 45280-000
147	ITAGIBÁ	RUA PORTO SEGURO, N. 78 - CENTRO CEP - 45585-000
148	ITANHÉM	AVENIDA MARIA MOREIRA LISBOA, N.08 - CENTRO CEP - 45970-000
149	ITIÚBA	RUA XV DE NOVEMBRO, S/N - CENTRO CEP - 48850-000
150	SERRINHA	RUA PEDRO THIAGO, N. 327 - CENTRO - CEP - 48700-000
151	GANDU	RUA MANOEL LIBÂNIO DA SILVA, N. 66 - CENTRO CEP - 45450-000
152	ENCRUZILHADA	RUA PAULINO PRIMO, N.9 - CONJUGADO COM A RUA SÃO JOSÉ - CENTRO CEP - 45150-000
153	MEDEIROS NETO	RUA DO GAMA, N. 12 - PLANALTO 1 CEP - 45960-000
154/155/156/157	FEIRA DE SANTANA	AVENIDA JOSÉ FALCÃO DA SILVA , S/N QUEIMADINHA CEP - 44050-512
158	CHORROCHÓ	RUA CORONEL JOÃO SÁ, S/N - CENTRO CEP - 48660-000
159	CENTRAL	RUA CÂNDIDO PEREIRA DE BRITO, Nº 9 - CENTRO. CEP - 44940-000.
160	SANTA BÁRBARA	FÓRUM DES.CARLOS VALADARES RUA, RUA IZALTINA CAMPOS, S/Nº - CENTRO CEP - 44150-000
161	ANAGÉ	AVENIDA AGUINELO CARDOSO, S/N - SÃO JOÃO BATISTA CEP - 45180-000
162	SÃO FRANCISCO DO CONDE	RUA MARIA QUITÉRIA, Nº 17-A, CENTRO CEP - 43900-000
163	ALAGOINHAS	AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA , S/N, ALAGOINHAS VELHA CEP-48030-640
166	BUERAREMA	AV GOES CALMON, N. 472, CENTRO CEP - 45615-000
168	IGAPORÃ	PRAÇA BERNARDO DE BRITO, N.166 - CENTRO CEP - 46490-000
169	BARRA DA ESTIVA	RUA PROFESSORA SANTA VIEIRA DE CASTRO, N. 106 - CENTRO CEP - 46650-000
170/171	CAMAÇARI	AVENIDA DO CONTORNO , S/N - CENTRO ADMINISTRATIVO DE CAMAÇARI CEP - 42800-000
172	ITAMARAJU	PRAÇA MARECHAL CASTELO BRANCO, N.46 - CENTRO CEP - 45836-000
173	IBOTIRAMA	RUA LAFAIETE COUTINHO, N. 324, CENTRO CEP - 47520-000
174	CANARANA	RUA DURVAL CARDOSO PIMENTA, N.158 - CENTRO CEP - 48.970-000
175	PALMAS DE MONTE ALTO	PRAÇA TIRADENTES, N. 274 - CENTRO CEP - 43460-000
176	BARRA DO MENDES	RUA ANTÔNIO EVARISTO DOS SANTOS, S/N - CENTRO CEP - 44990-000
177	TREMEDAL	PRAÇA ADELMÁRIO PINHEIRO, S/N - CENTRO. CEP - 45170-000.
178	SANTO AMARO	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, N. 148 - CENTRO CEP - 44200-000
179	JAGUARARI	RUA MARCOLINO DE BARROS, S/N - CENTRO CEP - 48960-000
180	LAURO DE FREITAS	RUA SILVANDIR F. CHAVES, N.108 ED. CONDOMÍNIO EMPRESARIAL TORRES BUSINESS - BAIRRO RECREIO IPITANGA CEP - 42700-850
182	RIACHÃO DAS NEVES	PRAÇA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, S/N - CENTRO CEP - 47970-000

183	TEIXEIRA DE FREITAS	AVENIDA UIRAPURU, N. 1816 - MONTE CASTELO CEP - 45990-003
184	SÃO FELIPE	RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, N.215 - BL.A - CENTRO CEP - 44550-000
185	MATA DE SÃO JOÃO	RUA QUINTINO BOCAIUVA, N. 110 - CENTRO CEP - 48280-000
186	DIAS D'ÁVILA	RUA CAMPO ALEGRE, Nº 156 - CENTRO CEP - 42850-000
187	FORMOSA DO RIO PRETO	RUA PERCILIO SANTANA, N. 740 - CENTRO CEP - 47990-000
188/203	EUNÁPOLIS	RUA ADOLPHO XAVIER GOMES, S/N - DINAH BORGES CEP - 45830-140
189	ITABELA	RUA CASTRO ALVES, 220 - CENTRO CEP - 45848-000
190	SERRA DOURADA	PRAÇA PEDRO JOSÉ DE AQUINO, S/N - CENTRO CEP - 47740-000
191	CAPIM GROSSO	RUA DEPUTADO ROCHA PIRES, Nº 250, OLIVEIRA CEP - 44820-021.
192	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	RUA TANCREDO NEVES, N.º 02 - CENTRO CEP - 44245-000
193	IAÇU	AVENIDA DR. GERALDO MOTA, S/N - CENTRO CEP - 46860-000
195	PILÃO ARCADEO	PRAÇA PEDRO PEREIRA, S/N - CENTRO CEP - 47240-000
196	RETIROLÂNDIA	RUA JOANA ANGÉLICA, 113 - CENTRO - CEP - 48750-000
197	WENCESLAU GUIMARÃES	PRAÇA NAIR LOPES JENKINS, Nº 106 - CENTRO CEP - 45460-000
198	URUÇUCA	RUA JOSÉ SERAFIM FARIAS, S/N - CENTRO CEP - 45680-000
199	JOÃO DOURADO	AVENIDA ENÉAS DA SILVA DOURADO, 615- CENTRO CEP - 44920-000
200	POJUCA	1ª TRAVESSA ANTÔNIO BATISTA, S/N - NOVA POJUCA CEP - 48120-000
201	ITAMBÉ	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 175 - CENTRO CEP - 45140-000
205	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	RUA PIAUÍ, QD. 61, LOTE 21, N.º 590 - MIMOSO DO OESTE CEP - 47850-000

**ANEXO C**  
**TELEFONES E E-MAIL DE CONTATO DOS CARTÓRIOS**

Nº DA ZE	MUNICÍPIO SEDE	TELEFONE 1	TELEFONE 2	TELEFONE 3	E-MAIL
021	Esplanada	(75) 3199-8021	(71) 3373-9021	(75) 99877-0542	zona021@tre-ba.jus.br
022	Jequié	(73) 3142-0022	(71) 3373-9022	(73) 99940-3886	zona022@tre-ba.jus.br
023	Jequié	(73) 3142-0023	(71) 3373-9023	(73) 99937-9807	zona023@tre-ba.jus.br
024	Ipiaú	(73) 3142-0024	(71) 3373-9024	(73) 99914-7674	zona024@tre-ba.jus.br
025	Ilhéus	(73) 3142-0025	(71) 3373-9025	(73) 99908-6610	zona025@tre-ba.jus.br
026	Ilhéus	(73) 3142-0026	(71) 3373-9026	(73) 99912-5322	zona026@tre-ba.jus.br
027	Itabuna	(73) 3142-0027	(71) 3373-9027	(73) 99917-9136	zona027@tre-ba.jus.br
028	Itabuna	(73) 3142-0028	(71) 3373-9028	(73) 99923-0043	zona028@tre-ba.jus.br
029	Ibicaraí	(73) 3142-0029	(71) 3373-9029	(73) 99821-7601	zona029@tre-ba.jus.br
030	Nazaré	(75) 3142-0830	(71) 3373-9030	(75) 99920-1728	zona030@tre-ba.jus.br
031	Valença	(75) 3199-6031	(71) 3373-9031	(75) 99986-0815	zona031@tre-ba.jus.br
032	Ituberá	(73) 3142-0032	(71) 3373-9032	(73) 99925-4452	zona032@tre-ba.jus.br
033	Simões Filho	(71) 3190-6033	(71) 3373-9033	(71) 99672-1054	zona033@tre-ba.jus.br
034	Belmonte	(73) 3142-0034	(71) 3373-9034	(73) 99819-9938	zona034@tre-ba.jus.br
035	Mucuri	(73) 3142-0035	(71) 3373-9035	(73) 99954-2654	zona035@tre-ba.jus.br
036	Amargosa	(75) 3199-8036	(71) 3373-9036	(75) 99848-8073	zona036@tre-ba.jus.br
037	Maracás	(73) 3142-0037	(71) 3373-9037	(73) 99948-5115	zona037@tre-ba.jus.br
038	Ubaíra	(75) 3199-8038	(71) 3373-9038	(75) 99981-1120	zona038@tre-ba.jus.br
039	Vitória da Conquista	(77) 3142-0339	(71) 3373-9039	(77) 99993-2246	zona039@tre-ba.jus.br
040	Vitória da Conquista	(77) 3142-0340	(71) 3373-9040	(77) 99995-1046	zona040@tre-ba.jus.br
041	Vitória da Conquista	(77) 3142-0141	(71) 3373-9041	(77) 99997-2613	zona041@tre-ba.jus.br
042	Itaberaba	(75) 3199-8042	(71) 3373-9042	(75) 99886-1862	zona042@tre-ba.jus.br
043	Castro Alves	(75) 3199-8043	(71) 3373-9043	(75) 99855-0798	zona043@tre-ba.jus.br
044	Inhambupe	(75) 3199-8044	(71) 3373-9044	(75) 99880-2119	zona044@tre-ba.jus.br
045	Senhor do Bonfim	(74) 2018-0845	(71) 3373-9045	(74) 99974-0857	zona045@tre-ba.jus.br
046	Jacobina	(74) 2018-0846	(71) 3373-9046	(74) 99934-5401	zona046@tre-ba.jus.br
047	Juazeiro	(74) 2018-0847	(71) 3373-9047	(74) 99945-7881	zona047@tre-ba.jus.br
048	Juazeiro	(74) 2018-0848	(71) 3373-9048	(74) 99941-6062	zona048@tre-ba.jus.br
049	Rio Real	(75) 3199-8049	(71) 3373-9049	(75) 99933-9037	zona049@tre-ba.jus.br
050	Monte Santo	(75) 3199-5950	(71) 3373-9050	(75) 99896-0724	zona050@tre-ba.jus.br
051	Jeremoabo	(73) 3142-0051	(71) 3373-9051	(75) 99891-8105	zona051@tre-ba.jus.br



052	Paripiranga	(75) 3199-8052	(71) 3373-9052	(75) 99821-9648	zona052@tre-ba.jus.br
053	Campo Formoso	(74) 2018-0953	(71) 3373-9053	(74) 99914-5248	zona053@tre-ba.jus.br
054	Mundo Novo	(74) 2018-0954	(71) 3373-9054	(74) 99901-8195	zona054@tre-ba.jus.br
055	Morro do Chapéu	(74) 2018-0955	(71) 3373-9055	(74) 99956-4660	zona055@tre-ba.jus.br
056	Santo Antônio de Jesus	(75) 3199-8056	(71) 3373-9056	(75) 99947-7672	zona056@tre-ba.jus.br
058	Ituaçu	(77) 2018-1658	(71) 3373-9058	(77) 98103-9769	zona058@tre-ba.jus.br
059	Poções	(77) 3142-0159	(71) 3373-9059	(77) 99991-4736	zona059@tre-ba.jus.br
060	Condeúba	(77) 3142-0160	(71) 3373-9060	(77) 99920-1996	zona060@tre-ba.jus.br
061	Coribe	(77) 3142-0061	(71) 3373-9061	(77) 99842-4062	zona061@tre-ba.jus.br
062	Ipirá	(75) 3199-6062	(71) 3373-9062	(75) 99882-5464	zona062@tre-ba.jus.br
063	Caetité	(77) 3142-0163	(71) 3373-9063	(77) 99912-3345	zona063@tre-ba.jus.br
064	Guanambi	(77) 3142-0164	(71) 3373-9064	(77) 99933-5461	zona064@tre-ba.jus.br
065	Macaúbas	(77) 3142-0165	(71) 3373-9065	(77) 99991-0944	zona065@tre-ba.jus.br
066	Casa Nova	(74) 2018-0866	(71) 3373-9066	(74) 99920-4229	zona066@tre-ba.jus.br
067	Remanso	(74) 2018-0967	(71) 3373-9067	(74) 99965-7083	zona067@tre-ba.jus.br
068	Xique-Xique	(74) 2018-0968	(71) 3373-9068	(74) 99981-6471	zona068@tre-ba.jus.br
069	Utinga	(75) 3199-8069	(71) 3373-9069	(75) 99715-4258	zona069@tre-ba.jus.br
070	Barreiras	(77) 3142-0170	(71) 3373-9070	(77) 99873-1604	zona070@tre-ba.jus.br
071	Bom Jesus da Lapa	(77) 3142-0171	(71) 3373-9071	(77) 99905-5714	zona071@tre-ba.jus.br
072	Santa Maria da Vitória	(77) 3142-0172	(71) 3373-9072	(77) 99991-5316	zona072@tre-ba.jus.br
073	Ubaitaba	(73) 3142-0073	(71) 3373-9073	(73) 99971-4551	zona073@tre-ba.jus.br
074	Irará	(75) 3199-8074	(71) 3373-9074	(75) 99811-8564	zona074@tre-ba.jus.br
075	Barreiras	(77) 2018-1775	(71) 3373-9075	(77) 99900-3154	zona075@tre-ba.jus.br
076	Jaguaquara	(73) 3142-0076	(71) 3373-9076	(73) 99931-8126	zona076@tre-ba.jus.br
077	Barra	(74) 2018 -0977	(71) 3373-9077	(74) 99912-0879	zona077@tre-ba.jus.br
078	Camamu	(73) 3142-0078	(71) 3373-9078	(73) 99872-5668	zona078@tre-ba.jus.br
079	Nova Soure	(75) 3199-8079	(71) 3373-9079	(75) 99813-4154	zona079@tre-ba.jus.br
080	Tucano	(75) 3199-6680	(71) 3373-9080	(75) 99974-9496	zona080@tre-ba.jus.br
081	Olindina	(75) 3199-6081	(71) 3373-9081	(75) 99817-2267	zona081@tre-ba.jus.br
082	Cícero Dantas	(75) 3199-8082	(71) 3373-9082	(75) 99872-8028	zona082@tre-ba.jus.br
083	Uauá	(74) 2018 -0995	(71) 3373-9083	(74) 99906-9686	zona083@tre-ba.jus.br
084	Paulo Afonso	(75) 3199-8084	(71) 3373-9084	(75) 99920-7180	zona084@tre-ba.jus.br
085	Curaçá	(74) 2018-0885	(71) 3373-9085	(74) 99929-1018	zona085@tre-ba.jus.br
086	Mairi	(74) 2018 -0996	(71) 3373-9086	(74) 99801-7829	zona086@tre-ba.jus.br
087	Ruy Barbosa	(75) 3199-6087	(71) 3373-9087	(75) 99929-9957	zona087@tre-ba.jus.br
088	Seabra	(75) 3199-6088	(71) 3373-9088	(75) 99954-8141	zona088@tre-ba.jus.br
089	Lençóis	(75) 3199-8089	(71) 3373-9089	(75) 99895-6913	zona089@tre-ba.jus.br
090	Brumado	(77) 3142-0290	(71) 3373-9090	(77) 99906-7815	zona090@tre-ba.jus.br
091	Macarani	(77) 3142-0191	(71) 3373-9091	(77) 98107-1472	zona091@tre-ba.jus.br
092	Jacaraci	(77) 3142-0192	(71) 3373-9092	(77) 99854-7604	zona092@tre-ba.jus.br
093	Caculé	(77) 3142-0193	(71) 3373-9093	(77) 99909-6731	zona093@tre-ba.jus.br
094	Oliveira dos Brejinhos	(77) 3142-0194	(71) 3373-9094	(77) 99811-6694	zona094@tre-ba.jus.br
095	Irecê	(74) 2018-0915	(71) 3373-9095	(74) 99930-9861	zona095@tre-ba.jus.br
096	Sento Sé	(74) 2018-0896	(71) 3373-9096	(74) 99981-3993	zona096@tre-ba.jus.br
097	Santa Rita de Cássia	(77) 3142-0197	(71) 3373-9097	(77) 99863-0745	zona097@tre-ba.jus.br
098	Cotegipe	(77) 3142-0198	(71) 3373-9098	(77) 99819-6747	zona098@tre-ba.jus.br
099	Santana	(77) 2018 -1599	(71) 3373-9099	(77) 99863-9985	zona099@tre-ba.jus.br
100	São Desidério	(77) 2018 -1600	(71) 3373-9100	(77) 99869-3067	zona100@tre-ba.jus.br
101	Livramento de N. Senhora	(77) 2018 -1601	(71) 3373-9101	(77) 99984-0609	zona101@tre-ba.jus.br
102	Euclides da Cunha	(75) 3199-6102	(71) 3373-9102	(75) 99877-2408	zona102@tre-ba.jus.br
103	Miguel Calmon	(74) 2018-0803	(71) 3373-9103	(74) 99819-2842	zona103@tre-ba.jus.br
104	Lapão	(74) 2018-0804	(71) 3373-9104	(74) 99818-9907	zona104@tre-ba.jus.br
105	Piatã	(77) 20 1 8 -1605	(71) 3373-9105	(77) 99147-0031	zona105@tre-ba.jus.br
106	Queimadas	(75) 3199-8016	(71) 3373-9106	(75) 99827-5306	zona106@tre-ba.jus.br
107	Santa Teresinha	(75) 3199-8107	(71) 3373-9107	(75) 99833-8017	zona107@tre-ba.jus.br
108	São Gonçalo dos Campos	(75) 3199-8108	(71) 3373-9108	(75) 99969-2900	zona108@tre-ba.jus.br
109	Mutuípe	(75) 3199-8109	(71) 3373-9109	(75) 99918-3923	zona109@tre-ba.jus.br
110	Ribeira do Pombal	(75) 3199-8110	(71) 3373-9110	(75) 99926-0051	zona110@tre-ba.jus.br
111	Paramirim	(77) 2018-1911	(71) 3373-9111	(77) 99821-8016	zona111@tre-ba.jus.br
112	Prado	(73) 3191-3112	(71) 3373-9112	(73) 99956-1893	zona112@tre-ba.jus.br
113	Riacho de Santana	(77) 3142-0313	(71) 3373-9113	(77) 99822-6756	zona113@tre-ba.jus.br
114	Riachão do Jacuípe	(75) 3199-8114	(71) 3373-9114	(75) 99922-1283	zona114@tre-ba.jus.br
115	Saúde	(74) 2018-0815	(71) 3373-9115	(74) 99967-3713	zona115@tre-ba.jus.br

116	Canavieiras	(73) 3191-3116	(71) 3373-9116	(73) 99900-6221	zona116@tre-ba.jus.br
117	Urandi	(77) 2018 -1717	(71) 3373-9117	(77) 99870-5784	zona117@tre-ba.jus.br
118	Cachoeira	(75) 3199-6118	(71) 3373-9118	(75) 99855-0659	zona118@tre-ba.jus.br
119	Andaraí	(75) 3199-8119	(71) 3373-9119	(75) 99802-3564	zona119@tre-ba.jus.br
120	Valente	(75) 3199-8120	(71) 3373-9120	(75) 99842-8337	zona120@tre-ba.jus.br
121	Porto Seguro	(73) 3191-3121	(71) 3373-9121	(73) 99983-3609	zona121@tre-ba.jus.br
122	Porto Seguro	(73) 3191-3122	(71) 3373-9122	(73) 99996-3392	zona122@tre-ba.jus.br
123	Araci	(75) 3199-6123	(71) 3373-9123	(75) 99853-7500	zona123@tre-ba.jus.br
124	Correntina	(77) 3142-0124	(71) 3373-9124	(77) 99929-6390	zona124@tre-ba.jus.br
125	Carinhanha	(77) 3142-0125	(71) 3373-9125	(77) 99841-9685	zona125@tre-ba.jus.br
126	Baianópolis	(77) 3142-0126	(71) 3373-9126	(77) 99838-4119	zona126@tre-ba.jus.br
127	Candeias	(71) 3190-1127	(71) 3373-9127	(71) 99666-4240	zona127@tre-ba.jus.br
128	São Sebastião do Passé	(71) 3190-1128	(71) 3373-9128	(71) 99663-3008	zona128@tre-ba.jus.br
129	Catu	(71) 3190-1129	(71) 3373-9129	(71) 99650-7767	zona129@tre-ba.jus.br
130	Coração de Maria	(75) 3199-8130	(71) 3373-9130	(75) 99868-3597	zona130@tre-ba.jus.br
131	Muritiba	(75) 3199-8131	(71) 3373-9131	(75) 99900-9265	zona131@tre-ba.jus.br
132	Conceição do Coité	(75) 3199-8132	(71) 3373-9132	(75) 99863-1292	zona132@tre-ba.jus.br
133	Camacã	(73) 3742-0133	(71) 3373-9133	(73) 99856-3482	zona133@tre-ba.jus.br
134	Ubatã	(73) 3191-3134	(71) 3373-9134	(73) 99979-3263	zona134@tre-ba.jus.br
135	Coaraci	(73) 3191-4135	(71) 3373-9135	(73) 99820-0977	zona135@tre-ba.jus.br
136	Itajuípe	(73) 3191-3136	(71) 3373-9136	(73) 99825-6515	zona136@tre-ba.jus.br
137	Itororó	(73) 3191-3137	(71) 3373-9137	(73) 99833-8394	zona137@tre-ba.jus.br
138	Itarantim	(73) 3191-3138	(71) 3373-9138	(73) 98177-5045	zona138@tre-ba.jus.br
139	Barra do Choça	(77) 3142-0139	(71) 3373-9139	(77) 99841-0068	zona139@tre-ba.jus.br
140	Itapetinga	(77) 3142-0140	(71) 3373-9140	(77) 99978-9226	zona140@tre-ba.jus.br
141	Itaparica	(71) 3180-2141	(71) 3373-9141	(71) 99652-8727	zona141@tre-ba.jus.br
142	Cruz das Almas	(75) 3199-6142	(71) 3373-9142	(75) 99869-6106	zona142@tre-ba.jus.br
143	Santo Estevão	(75) 3199-6143	(71) 3373-9143	(75) 99951-7397	zona143@tre-ba.jus.br
144	Entre Rios	(75) 3199-8144	(71) 3373-9144	(75) 99872-9643	zona144@tre-ba.jus.br
145	Santaluz	(75) 3199-8145	(71) 3373-9145	(75) 99935-3144	zona145@tre-ba.jus.br
146	Iguaí	(73) 3191-3146	(71) 3373-9146	(73) 99814-7631	zona146@tre-ba.jus.br
147	Itagibá	(73) 3191-3147	(71) 3373-9147	(73) 99150-0001	zona147@tre-ba.jus.br
148	Itanhém	(73) 3191-3148	(71) 3373-9148	(73) 99825-7895	zona148@tre-ba.jus.br
149	Itiúba	(74) 2018 -0949	(71) 3373-9149	(74) 99931-9384	zona149@tre-ba.jus.br
150	Serrinha	(75) 3199-8150	(71) 3373-9150	(75) 99956-6441	zona150@tre-ba.jus.br
151	Gandu	(73) 3191-3151	(71) 3373-9151	(73) 99905-9253	zona151@tre-ba.jus.br
152	Encruzilhada	(77) 3142-0152	(71) 3373-9152	(77) 99810-8911	zona152@tre-ba.jus.br
153	Medeiros Neto	(73) 3191-3153	(71) 3373-9153	(73) 99950-4888	zona153@tre-ba.jus.br
154	Feira de Santana	(75) 3199-8154	(71) 3373-9154	(75) 99987-0959	zona154@tre-ba.jus.br
155	Feira de Santana	(75) 3199-8155	(71) 3373-9155	(75) 99988-7668	zona155@tre-ba.jus.br
156	Feira de Santana	(75) 3199-8156	(71) 3373-9156	(75) 99989-8678	zona156@tre-ba.jus.br
157	Feira de Santana	(75) 3199-8157	(71) 3373-9157	(75) 99992-3304	zona157@tre-ba.jus.br
158	Chorrochó	(75) 3199-8158	(71) 3373-9158	(75) 99802-7170	zona158@tre-ba.jus.br
159	Central	(74) 2018 -0959	(71) 3373-9159	(74) 99807-3233	zona159@tre-ba.jus.br
160	Santa Bárbara	(75) 3199-6160	(71) 3373-9160	(75) 99832-5669	zona160@tre-ba.jus.br
161	Anagé	(77) 3142-0161	(71) 3373-9161	(77) 99872-8012	zona161@tre-ba.jus.br
162	São Francisco do Conde	(71) 3190-2162	(71) 3373-9162	(71) 99675-0830	zona162@tre-ba.jus.br
163	Alagoinhas	(75) 3199-8163	(71) 3373-9163	(75) 99848-4519	zona163@tre-ba.jus.br
166	Buerarema	(73) 3191-3166	(71) 3373-9166	(73) 99852-4196	zona166@tre-ba.jus.br
167	Jacobina	(74) 2018 -0867	(71) 3373-9167	(74) 99938-0792	zona167@tre-ba.jus.br
168	Igaporã	(77) 3142-0168	(71) 3373-9168	(77) 99853-2965	zona168@tre-ba.jus.br
169	Barra da Estiva	(77) 3142-0169	(71) 3373-9169	(77) 99840-3359	zona169@tre-ba.jus.br
170	Camaçari	(71) 2180 -0670	(71) 3373-9170	(71) 99664-4035	zona170@tre-ba.jus.br
171	Camaçari	(71) 2180 -0671	(71) 3373-9171	(71) 99665-7275	zona171@tre-ba.jus.br
172	Itamaraju	(73) 3191-3172	(71) 3373-9172	(73) 99923-2869	zona172@tre-ba.jus.br
173	Ibotirama	(77) 3142-0173	(71) 3373-9173	(77) 99952-5490	zona173@tre-ba.jus.br
174	Canarana	(74) 2018 -0974	(71) 3373-9174	(74) 99806-8670	zona174@tre-ba.jus.br
175	Palmas de Monte Alto	(77) 3142-0175	(71) 3373-9175	(77) 99855-1945	zona175@tre-ba.jus.br
176	Barra do Mendes	(74) 2018 -0976	(71) 3373-9176	(74) 99806-6637	zona176@tre-ba.jus.br
177	Tremedal	(77) 3142-0177	(71) 3373-9177	(77) 99837-7509	zona177@tre-ba.jus.br
178	Santo Amaro	(75) 3199-8178	(71) 3373-9178	(75) 99937-6750	zona178@tre-ba.jus.br
179	Jaguarari	(74) 2018 -0979	(71) 3373-9179	(74) 99940-2704	zona179@tre-ba.jus.br
180	Lauro de Freitas	(71) 2180 -0680	(71) 3373-9180	(71) 99654-5131	zona180@tre-ba.jus.br
181	Paulo Afonso	(75) 3199-6181	(71) 3373-9181	(75) 99921-7508	zona181@tre-ba.jus.br

182	Riachão das Neves	(77) 3142-0182	(71) 3373-9182	(77) 99862-0594	zona182@tre-ba.jus.br
183	Teixeira de Freitas	(73) 3191-3183	(71) 3373-9183	(73) 99962-0435	zona183@tre-ba.jus.br
184	São Felipe	(75) 3199-8184	(71) 3373-9184	(75) 99965-8650	zona184@tre-ba.jus.br
185	Mata de São João	(71) 3190-1850	(71) 3373-9185	(71) 99658-0661	zona185@tre-ba.jus.br
186	Dias D'Ávila	(71) 3190-1866	(71) 3373-9186	(71) 99652-1890	zona186@tre-ba.jus.br
187	Formosa do Rio Preto	(77) 3142-0187	(71) 3373-9187	(77) 99852-3407	zona187@tre-ba.jus.br
188	Eunápolis	(73) 3191-3188	(71) 3373-9188	(73) 99902-3584	zona188@tre-ba.jus.br
189	Itabela	(73) 3198-2189	(71) 3373-9189	(73) 99822-1238	zona189@tre-ba.jus.br
190	Serra Dourada	(77) 3142-0190	(71) 3373-9190	(77) 99993-1171	zona190@tre-ba.jus.br
191	Capim Grosso	(74) 2018 -0891	(71) 3373-9191	(74) 99918-5344	zona191@tre-ba.jus.br
192	Conceição do Jacuípe	(75) 3199-6192	(71) 3373-9192	(75) 99866-7334	zona192@tre-ba.jus.br
193	Iaçu	(75) 3199-6193	(71) 3373-9193	(75) 99809-0498	zona193@tre-ba.jus.br
195	Pilão Arcado	(74) 2018 -0895	(71) 3373-9195	(74) 99961-1072	zona195@tre-ba.jus.br
196	Retirolândia	(75) 3199-8196	(71) 3373-9196	(75) 99711-7721	zona196@tre-ba.jus.br
197	Wenceslau Guimarães	(73) 3742 -0197	(71) 3373-9197	(73) 99806-2137	zona197@tre-ba.jus.br
198	Uruçuca	(73) 3142-0198	(71) 3373-9198	(73) 99848-3861	zona198@tre-ba.jus.br
199	João Dourado	(74) 2018 -0899	(71) 3373-9199	(74) 99812-5840	zona199@tre-ba.jus.br
200	Pojuca	(71) 2180 -0700	(71) 3373-9200	(71) 99662-5424	zona200@tre-ba.jus.br
201	Itambé	(77 ) 2018 -1901	(71) 3373-9201	(77) 99966-8544	zona201@tre-ba.jus.br
202	Santo Antônio de Jesus	(75) 3199-6202	(71) 3373-9202	(75) 99950-8674	zona202@tre-ba.jus.br
203	Eunápolis	(73) 3842-0203	(71) 3373-9203	(73) 99903-0943	zona203@tre-ba.jus.br
205	Luís Eduardo Magalhães	(77) 2018 -1905	(71) 3373-9205	(77) 99984-9754	zona205@tre-ba.jus.br

## PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026

### ANEXO II

#### ORÇAMENTO ESTIMATIVO

#### VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

item	unidade de fornecimento	quantidade	valor unitário	valor total do item
1	metro quadrado	550	R\$ 113,17	R\$ 62.243,50
2	metro quadrado	550	R\$ 80,10	R\$ 44.055,00

total estimado			R\$ 106.298,50

1. Não é permitida a apresentação de proposta com quantidade inferior à prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

## PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026

### ANEXO III

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_\_/20XX

PROCESSO (SEI) N.º 0013378-61.2025.6.05.8000

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, ....., considerando o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 90003/2026**, cujo objeto se constitui no Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de persianas e

películas nos imóveis locados, cedidos ou próprios que sediam os cartórios eleitorais no interior do estado, RESOLVE, com amparo na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, telefone n.º (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos, indicados no Anexo I desta Ata, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro, independentemente de transcrição.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

Os preços registrados **poderão ser alterados**, nas seguintes situações: **a)** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada; **b)** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

Os preços registrados **serão reajustados**, observado o interregno mínimo de um ano, a contar de 13/10/2025, data do orçamento estimado, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época, e, na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.

A assinatura da presente Ata implicará na plena aceitação, pelo fornecedor, das condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

A licitante vencedora somente será liberada, sem penalidade, do compromisso previsto nesta Ata, nas hipóteses previstas no art. 26, § 1º, art. 27, § 1º (caso demonstrada a inviabilidade do preço registrado) e art. 29, incisos I a III, do Decreto 11.462/2023.

Será incluído nesta Ata, no Anexo II, o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da adjudicatária, na sequência da classificação do certame, bem como das licitantes que mantiveram sua proposta original.

Passam a fazer parte desta Ata, para todos os efeitos, a documentação e proposta apresentadas pela licitante.

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste ajuste.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, ..... de ..... de 20XX

**Diretor-Geral do TRE-BA NOME REPRESENTANTE LEGAL**

**CPF N.º .....**

**NOME DA EMPRESA**

**ANEXO I - PREÇOS**

**ANEXO II - CADASTRO DE RESERVA**

**ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 26/01/2026, às 09:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3689631** e o código CRC **1213982E**.